

HABEAS CORPUS Nº 492.611 - RS (2019/0037933-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : MELISSA TORRES SILVEIRA - RS046237
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DANIEL DA FONSECA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de DANIEL DA FONSECA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul, proferido no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0355116-78.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que o paciente foi pronunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal (homicídio qualificado) e no art. 16 da Lei n. 10.826/2003 (posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito).

Irresignada, a defesa recorreu perante o Tribunal de origem, que negou provimento a o recurso, conforme acórdão de fls. 617/626.

No presente *mandamus*, sustenta a Defensoria Pública que a ação penal a qual responde o paciente apresenta mácula, tendo em vista que não lhe foi dado acesso à produção de provas. Diz que "*o paciente não esteve presente em ato em que se deu a colheita dos depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação, e isto por circunstância alheia a sua vontade, pois embora sob a tutela do Estado em razão da prisão cautelar, não foi conduzido pela SUSEPE*" (fl. 4).

Afirma que o prejuízo se mostra evidente, porquanto "*o paciente não pôde fazer-se presente, ou repassar informações relevantes à defesa técnica, durante a produção das provas orais empregadas em seu desfavor*" (fl. 5).

Pretende, em sede liminar e no mérito, a declaração de nulidade a partir da audiência de instrução e de todos os atos posteriores.

É o relatório.

Decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, **indefiro a liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações atualizadas, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator